



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante  
plenária de abertura do seminário Responsabilidade Social das Empresas  
e Direitos Humanos – Encontro de Presidentes  
São Paulo – SP, 24 de junho de 2008**

Meu caro amigo governador do estado de São Paulo, José Serra,  
Meu caro, recém-chegado, prefeito da cidade de São Paulo, Gilberto  
Kassab,

Meus caros companheiros ministros Miguel Jorge, Fernando Haddad,  
Paulo Vannuchi, Edson Santos e Nilcéa Freire,

Meu caro Ricardo Young presidente do instituto Ethos,

Meu caro Oded Grajew, presidente do Conselho Deliberativo do Instituto  
Ethos,

Senhor Roger Plant, diretor do Programa de Combate ao Trabalho  
Forçado da Organização Internacional do Trabalho,

Empresários aqui presentes,

Jornalistas,

Primeiro, meu caro Young, meu caro Oded e meu caro Paulo Vannuchi,  
quero dizer para vocês da alegria de vir a este encontro e encontrar esta  
quantidade de empresários, ou pessoas ligadas ao mundo empresarial,  
preocupadas em discutir a questão dos direitos humanos. Pela minha  
experiência na relação com os empresários brasileiros nos últimos 40 anos, eu  
posso aqui ser testemunha de que houve um avanço excepcional. Ninguém  
precisa sair daqui com remorso porque ainda não atingimos a plenitude nas  
nossas relações com relação aos direitos humanos, mas eu penso que nós  
avancamos demais. É só ver a quantidade de mulheres que estão aqui e nós  
percebemos que, na questão de gênero, as mulheres estão ocupando um  
espaço muito maior do que ocupavam há 15 ou 20 anos.



O José Vicente está aqui, eu o vi aqui, e tive a oportunidade de, no final do ano passado, participar da formatura da Unipalmarenses. Dos 120 jovens que se formaram, quase todos já estavam empregados, uma parte deles trabalhando em grandes bancos brasileiros e estrangeiros. Por que eu estou dizendo isso? É porque eu penso que o avanço é uma conquista que a gente vai plantando a cada dia. A baixa ascensão da nossa comunidade negra em postos importantes na indústria brasileira, nos bancos, nos setores de serviço, na máquina pública, a baixa ascensão das mulheres também, significa que há 30 anos nós não plantávamos as sementes que precisavam ser plantadas e por isso nós não colhemos os frutos que pensávamos que iríamos colher.

O importante é que a gente trabalha para que nos próximos 15 ou 20 anos a gente possa lembrar de uma reunião como esta e lembrar que a gente vai ter muito mais negros e negras em cargos importantes, vai ter muito mais mulheres em cargos importantes e vai ter uma certa igualdade no tratamento entre os diferentes segmentos da sociedade. Este ano, por exemplo, quando nós formos entregar o diploma dos primeiros 60 mil jovens formados pelo ProUni, 40% deles serão negros e, portanto, serão mais companheiros brasileiros afrodescendentes com possibilidade de disputar os cargos mais importantes da República, sem precisar de favores, mas disputando por competência, disputando por estarem preparados.

Eu acho que esse é um passo importante e acho que a gente pode fazer mais, mas de qualquer forma eu acho que os passos que nós estamos dando estão no caminho certo. Em um tempo desses o movimento sindical me procurou e queria que eu assinasse uma medida provisória reduzindo a jornada de trabalho para 40 horas semanais. Eu disse para eles que esse não era o papel do presidente da República, que a conquista da redução da jornada de trabalho era um processo de conscientização da sociedade e que, em vez deles pedirem para que eu fizesse uma medida provisória, eles fossem para a porta de fábrica fazer um abaixo-assinado para dar entrada no Congresso



Nacional em um projeto de lei de iniciativa popular, que seria uma conquista que teria, por trás dela, um debate na sociedade. Por que tem que ser o Presidente da República? A nossa Constituição de 1988 é, na verdade, uma Constituição cidadã. Ela garante, como no Estatuto da ONU, que todos são iguais perante a lei. Entretanto, a lei vai servir para que a gente possa fazer uma ação contra quem não cumpre aquilo. Mas o cumprimento das mudanças é uma mudança cultural e o tempo vai se encarregar de fazer com que nós sejamos quase perfeitos.

Veja que o mundo avançado, Oded, o mundo que nós chamamos de desenvolvido, é talvez a parte do mundo, hoje, mais preconceituosa do que o Brasil e outros países. Qual é o grande problema que nós temos no mundo desenvolvido hoje? É o preconceito contra a imigração. E o que é o preconceito contra a imigração? É o medo de perder o seu *status quo*, é o medo de perder o emprego, é o medo de ter alguém ocupando o seu espaço. Isso hoje é um problema extremamente sério em toda a Europa, e só tem uma solução para isso: não é proibindo os pobres de irem para a Europa, é ajudando a desenvolver os países pobres. Por isso é que nós falamos tanto na construção de parcerias com terceiros países, para que a gente possa produzir o etanol e o biodiesel em alguns países pobres que precisam de produção. Ainda não nos entendem, mas vão nos entender. Então, eu queria dizer isso.

Quero dar os parabéns a vocês, à Secretaria dos Direitos Humanos e ao Instituto Ethos, pela brilhante idéia de trazer para um debate empresarial temas que até outro dia parecia impossível a gente juntar meia dúzia de pessoas. Eu sei que tem muita gente que não cumpre, mas sei também que tem muitos empresários que, até sem se preocupar se estão cumprindo ou não coisas relacionadas aos Direitos Humanos, têm feito muito mais do que a média de outros países aparentemente desenvolvidos. Então, é um prazer estar participando aqui com vocês.

Quero, antes de mais nada, expressar aqui dois sentimentos distintos,



mas igualmente verdadeiros. Eles nos arrebatam quando constatamos que há quase 60 anos o Planeta conquistou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, lembrada oportunamente nesta cerimônia, que marca, também, os 10 anos de vida do Instituto Ethos. Parece Oded, que foi ontem, mas já faz 10 anos.

O primeiro desses sentimentos carrega um otimismo encorajador. Os compromissos aqui reiterados por presidentes de algumas das maiores empresas do País reafirmam a atualidade e a pertinência da Declaração de dezembro de 1948 na condução do desenvolvimento brasileiro, no século XXI.

Ao mesmo tempo, porém, é forçoso expressar a nossa perplexidade. Passadas seis décadas do mais ousado compromisso de paz assinado por entre as ruínas da Segunda Guerra, fronteiras marcadas por preconceito e discriminação voltam a circundar países e a separar continentes.

O vento frio da xenofobia sopra outra vez sua falsa resposta para os desafios da economia e da sociedade. Hoje, como ontem, o desemprego, a fome e a instabilidade financeira reclamam maior coordenação entre as nações e maior solidariedade entre os povos.

Contra os tambores do medo e da intolerância é preciso convocar o século XXI a defender o artigo 13º da Declaração de 1948, que nos diz: “todo ser humano tem o direito de circular livremente e de escolher livremente a sua residência no interior de um Estado”.

Em meio a ameaças e sombras, a trajetória brasileira distingue-se positivamente no cenário internacional. Graças a uma convergência de esforços entre o Estado e as organizações da sociedade civil, acumulamos um saldo de conquistas humanistas que ao mesmo tempo nos orgulha, redobra responsabilidades e encoraja a ir além.

Em nosso governo, o cuidado com os segmentos mais frágeis e os contingentes mais humildes deixou de ser encarado como ação meramente paliativa.



Desde o lançamento do programa Fome Zero, em janeiro de 2003, deixamos claro a nossa convicção de que a justiça social seria o novo motor do desenvolvimento brasileiro no século XXI. Creio que os fatos posteriores confirmaram essa aposta.

Políticas sociais consolidadas, como o Bolsa Família, desencadearam uma espiral ascendente de novas conquistas e oportunidades e ampliaram a margem de autonomia de milhões de cidadãos, ao mesmo tempo em que dilataram as fronteiras da produção e do mercado de massas em todo o País.

Essa concepção de desenvolvimento, indissociável do fortalecimento da cidadania, levou, por exemplo, à criação das Secretarias Especiais dos Direitos Humanos, da Igualdade Racial e das Políticas para as Mulheres. Levou também à multiplicação e ao fortalecimento dos Conselhos Setoriais e à realização de 50 Conferências Nacionais, que mobilizaram milhões de pessoas em todo o território nacional.

Criamos também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que vem contribuindo de modo constante para o debate e a sugestão de políticas públicas, contando com a participação de representantes dos mais amplos setores da sociedade.

Desse alicerce multiplicam-se ações e parcerias em defesa dos direitos da criança e da adolescência, a promoção da equidade de gênero e de raça, bem como a luta pela erradicação do trabalho escravo e a ampliação dos direitos dos portadores de deficiência física. Estamos falando, portanto, de uma dinâmica de construção nacional e não de uma política simplesmente compensatória.

Trata-se de trazer para dentro da economia e da democracia uma parte expressiva da população brasileira que durante séculos foi mantida na soleira da porta, praticamente do lado de fora do nosso País.

O compromisso reafirmado aqui por presidentes de grandes empresas demonstra que esse não é um objetivo acalentado apenas pelo governo, por



um partido ou uma esfera da nação. Quando dirigentes de cadeias produtivas afirmam que a sua responsabilidade não se restringe apenas a produzir mercadorias, mas também a produzir uma sociedade justa, é porque uma mudança qualitativa está se operando no organismo nacional.

Os números confirmam essa percepção. O avanço dos valores humanistas e republicanos explica a redução de 47% do trabalho infantil em nosso País nos últimos 12 anos. Reflete-se aí, também, o esforço de inclusão escolar associado a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, bem como a fiscalização intensificada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2007, esse conjunto de esforços democráticos ganhou o reforço do Programa Mais Educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação. Fortalecemos, assim, uma engrenagem articulada de cooperação entre as ações da sociedade civil e das esferas federal, estadual e municipal para o aperfeiçoamento coordenado da qualidade do ensino na escola pública brasileira.

Ainda temos quase 5 milhões de crianças e adolescentes afastados do ensino por conta do trabalho rural, que dificulta seu acompanhamento do ano letivo. Porém, já podemos dizer com orgulho: não há mais mão-de-obra infantil no mercado formal de trabalho em nosso País. Porém, é preciso ir além. Mas, na verdade, um dos nossos maiores desafios hoje é fazer da empresa brasileira uma extensão do sistema educativo, especialmente na esfera da aprendizagem profissional da juventude mais pobre e humilde de nossa terra.

Erguer essa ponte de reaproximação entre o estudo e o trabalho é o objetivo da Lei do Aprendiz, regulamentada em 2005. Quase 2 milhões de brasileiros entre 14 e 24 anos precisam dela para transitar da exclusão à cidadania. Mais de 40% das empresas ainda não despertaram para esse compromisso crucial para a emancipação de uma parcela expressiva de nossos jovens. A adesão à Lei do Aprendiz pode significar a diferença entre a



esperança e o desalento, entre o emprego e a criminalidade, para milhares de jovens em todo o nosso País.

Outra iniciativa à espera do engajamento empresarial é a isenção tributária para doações destinadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, controlados pelos Conselhos municipais, estaduais e nacional.

Somente em 2007, a Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente já investiu 57 milhões de reais provenientes do Fundo Nacional. Mas precisamos de muito mais.

Cabe ainda exortar os dirigentes empresariais a um engajamento mais profundo na superação das discriminações de gênero e de raça no local de trabalho. Não é possível que, em pleno século XXI, uma mulher ou um trabalhador negro recebam salário inferior no exercício de funções equivalentes em uma mesma empresa.

A população negra representa 49,8% da demografia brasileira. É inaceitável que menos de um terço dos trabalhadores negros e pardos ganhem acesso a direitos trabalhistas no Brasil do século XXI. Pior ainda, essa herança da senzala se abate especialmente sobre os ombros da mulher negra. Apenas uma em cada quatro possui vínculo formal de trabalho em todo o nosso País.

A participação de negros em cargos de chefia nas empresas é igualmente incompatível com o perfil demográfico nacional. Apenas 9% dos postos de gerência são ocupados por eles, e não mais que 13% na esfera de supervisão.

Minhas amigas e meus amigos,

Para não ser apenas exclamativa, a igualdade de oportunidades deve contemplar uma chance real de se alcançar resultados concretos. Para que isso aconteça é preciso mais que palavras. São necessárias políticas afirmativas de gênero e de raça, bem como ações retificadoras da infraestrutura nacional, que corrijam a dimensão territorial do *apartheid* que abriga e reproduz a exclusão social dentro de nossa nação. Esse é o objetivo



estratégico do PAC Saneamento e Urbanização, bem como do Programa Territórios da Cidadania. Juntos, eles contemplam 874 grandes obras de saneamento; 306 projetos de urbanização de favelas, e a implantação de serviços de água, luz, escola e saúde nos 1.848 municípios brasileiros de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

O que nós estamos dizendo com esses Programas é que a dignidade das famílias mais humildes, a saúde das suas crianças, o respeito pelos seus idosos e, mais que tudo, a esperança no olhar dos moços e moças desses lugares tornou-se, em nosso governo, uma prioridade. Tornou-se, portanto, uma parte essencial e indissociável da marcha do nosso desenvolvimento. É fácil entender o porquê dessa nossa quase obsessão.

A juventude brasileira hoje é predominantemente urbana e pobre. Significa dizer que 84% dos nossos jovens vivem nas cidades e 31% deles em regiões metropolitanas. Em São Paulo, por exemplo, 65% dos seus habitantes com idade entre 15 e 19 anos, moram na periferia. Figuram aí os filhos e as filhas de uma lógica de urbanização que fez a população favelada brasileira crescer seis vezes mais que aquelas dos centros urbanos, entre os anos de 1980 e 2000.

Reverter essa arquitetura da exclusão, onde germina o desalento e a revolta, é um dos maiores desafios brasileiros da nossa geração. Nosso governo decidiu enfrentá-lo, não apenas pelas nossas convicções e compromissos de vida, mas porque renunciar ou hesitar nessa frente significaria, praticamente, ceder uma parte vital do País e do futuro do nosso povo à criminalidade e à violência. Mas o Estado, sozinho, sabe que não vencerá essa disputa. Ela requer o engajamento de todas as forças e de todos os instrumentos da nação: movimentos sociais, partidos políticos, intelectuais, artistas, cientistas e empresários. Mas, sobretudo, é preciso engajar nessa trincheira a esfera produtiva, razão pela qual o compromisso feito neste evento por tantas e tão importantes empresas nos dá a certeza de que





conseguiremos, juntos, vencer mais esse desafio.

Meus amigos, minhas amigas, Governador, Prefeito, companheiros e companheiras. Quero relatar para vocês dois casos importantes, que merecem nossa atenção redobrada. O Brasil de hoje não é mais um país coadjuvante no cenário internacional, como era há alguns anos. O Brasil ganhou importância no mundo político e na esfera comercial. Alguns empresários aqui, que viajam o mundo e fazem negócios, sabem que em nenhum momento da nossa história o Brasil foi tão levado a sério, como está sendo levado agora.

Nós já somos os maiores produtores de muitas coisas no mundo, nós já somos competitivos em muitas coisas no mundo. Ainda agora, tivemos a sorte de encontrar petróleo e poderemos nos transformar no terceiro maior produtor de petróleo do mundo, sem que nenhum de nós precise utilizar um daqueles turbantes de sheik. Vamos continuar sendo brasileiros, mais para cariocas, baianos, paulistas, do que para sheik árabe.

Isso tem criado um pequeno problema na disputa internacional. Hoje nós percebemos, quando viajamos o mundo, que começou-se a dizer que no Brasil nós praticamos trabalho escravo como, por exemplo, no corte da cana-de-açúcar. E eu tenho dito, como resposta, que o trabalho na cana-de-açúcar é penoso, o trabalho no corte de cana é penoso – é um trabalho que eu, particularmente, não gostaria de fazer – mas não é mais penoso do que as minas de carvão que desenvolveram o mundo desenvolvido no século passado. Nós temos consciência de que melhorar as condições de trabalho no corte de cana neste País passa pelo fato de as usinas brasileiras comprarem máquinas para fazer o corte da cana que hoje fazem os trabalhadores, e evitar as queimadas que hoje os trabalhadores preferem que sejam feitas. Mas não termina por aí. O que fazer com esses milhões de trabalhadores que hoje estão engajados no corte de cana pelo País inteiro? Tirá-los de um trabalho penoso e não permitir que eles virem mendigos nos grandes centros deste País é um desafio, Governador, para você, para mim, eu diria, para os prefeitos das



idades brasileiras. Nós temos que encontrar uma saída em que, ao mesmo tempo em que a gente vá trabalhando a mecanização do campo, a gente vá formando profissionalmente essas pessoas, para que elas possam ter oportunidade de ter acesso a um outro tipo de trabalho, menos penoso e menos sofrido do que esse.

Enquanto isso não acontecer, estamos trabalhando com a Única para ver se construímos, não um contrato nacional, por causa das diferenças nas regiões no Brasil, mas um contrato que permita, em função da realidade de cada estado, de cada região, estabelecer novas normas, que poderíamos considerar conquistas humanas para os trabalhadores desse setor, considerado um trabalho muito pesado.

Mas não basta (inaudível). O embate é muito mais duro, o embate é muito mais sofisticado, porque na medida em que o Brasil começa a ganhar mercado, na medida em que o Brasil começa a ocupar espaços que antes eram de outros países, nós vamos enfrentar um debate normal, comercial, que uma empresa enfrenta com outra. Nós não podemos apenas ficar reclamando, nós temos que estabelecer uma estratégia nossa para que a gente possa vencer esse debate.

Eu dizia, um dia desses, ao ex-ministro Roberto Rodrigues: é preciso juntar a inteligência brasileira para que a gente possa construir, não apenas um discurso, mas uma ação política, interna e externa, para que a gente possa vencer esse bom debate, e dizer claramente que as condições de trabalho no Brasil ainda não são aquilo que todos nós sonhamos, mas que nós não aceitamos que falsas acusações tentem colocar obstáculos às coisas que o Brasil faz lá fora.

Nós temos muitos problemas, nós temos que resolvê-los e vamos ter que resolvê-los, até porque eu acho que a presença de vocês aqui é uma demonstração do avanço e da compreensão de que essa harmonia entre o mundo do trabalho, o mundo do capital e os governos é uma necessidade para



que a gente dê os passos necessários para consolidar o Brasil, definitivamente, como um país altamente desenvolvido. Esse é um debate que nós precisamos fazer conjuntamente, que não pode ter divergência partidária, que não pode ter divergência empresarial, que não pode ter divergência política. É um debate do Brasil com os seus competidores.

Vocês percebem que o antagonismo que se tinha à questão dos países comunistas, no caso da China não tem. Ninguém reclama que a China tem um partido único, ninguém reclama que a China só tem o jornal do partido, ninguém reclama que a televisão não tem tantas pluralidades como a nossa. Por quê? Porque as pessoas lá estão ganhando dinheiro. Então, você percebe que a questão ideológica também não tem muita coisa a ver com os interesses do capital, quando o lucro está garantido.

Complicado é fazer tudo que nós estamos fazendo, em um regime altamente democrático, com o Congresso Nacional em pleno funcionamento, com a imprensa na sua plenitude de liberdade democrática, com os partidos políticos brigando entre si, e quando não têm mais como brigar entre si, brigam com os outros. Nós estamos vivendo, construindo este País, e cada um de nós tem um pouco de responsabilidade.

E a questão dos direitos humanos tem muito a ver com isso porque, cada vez mais, isso será levado a sério nos debates internacionais. O nosso produto terá mais vantagem comparativa se, além de ter boa qualidade – em cada grão de coisa que nós exportamos, em cada ½ litro de álcool que nós exportamos, em cada quilo de minério de ferro que nós exportamos, em cada avião da Embraer que a gente exportar, em cada telefone celular –, se em cada um desses produtos tiver uma coisinha de inclusão social e de conquista de direitos humanos, o nosso produto terá muito mais vantagem comparativa.

No governo federal, eu penso que nós avançamos. Eu quero, aqui, reconhecer o trabalho extraordinário que o companheiro Paulo Vannuchi fez. Na questão do (inaudível) social de pessoas com deficiência, nós criamos a



oficina de órtese e prótese no Nordeste brasileiro, 2 mil escolas acessíveis por ano, programa de habitação acessível, decreto para conversão industrial.

Eu sei que é um problema, também. No último encontro que eu tive com os portadores de deficiência em Brasília, eu designei o ministro Paulinho Vannuchi para fazer um levantamento, dentro do governo, das áreas que não estão fazendo aquilo que nós queremos que façam. Nós precisamos ter, em muitas funções, pessoas portadoras de deficiência. Eu estava cobrando agora do Paulinho e ele falou: “Presidente, é mais difícil a gente fazer o levantamento do que a gente falar”.

Mas eu acho que o governo, se quiser convencer vocês de que é possível fazer, precisa ser exemplo. O governo federal, o governo estadual, o governo municipal, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Vale do Rio Doce podem contribuir, a Petrobras pode contribuir, o BNDES pode contribuir. Se cada um de nós construir um conjunto de medidas que sirvam de exemplo de que é possível, eu acho, meu caro José Vicente, que daqui a 20 anos – todos nós, se Deus quiser, estaremos vivos, porque a Medicina vai evoluir e vai nos permitir estar aqui – a gente vai poder perceber que avançamos muito. Por quê? Porque neste momento eu acho que todos nós estamos plantando melhor, nós estamos plantando uma semente, eu diria, mais trabalhada do que a semente plantada há 30 anos e, certamente, o que nós vamos colher é uma lavoura muito melhor na área de Direitos Humanos.

Parabéns aos companheiros do Instituto Ethos, parabéns ao companheiro Paulinho Vannuchi, parabéns aos empresários que aqui vieram.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)